

# Geografia política e geopolítica no Brasil: uma análise da percepção dos alunos do ensino médio nas aulas de Geografia

*Vanessa Teixeira*

✉ vanessateixeira1904@hotmail.com

*Márcia da Silva*

✉ smarcias@superig.com.br

## Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar o relato de experiência sobre a percepção dos alunos de terceiro ano de ensino médio sobre os estudos de Geografia Política e Geopolítica trabalhados em sala de aula durante a disciplina de Geografia. A metodologia baseou-se em levantamento bibliográfico, aplicação e análise de questionários respondidos pelos alunos de um colégio estadual no município de Guarapuava -PR, que compõe a rede pública de ensino. Assim, classificamos as perguntas mais pertinentes e os principais aspectos em relação às temáticas da Geografia Política e da Geopolítica no ensino básico, na tentativa de avaliar o alcance da visão dos alunos sobre as noções de política, poder e território, sendo levantadas informações sobre o posicionamento dos alunos diante de questões do cotidiano. As temáticas de Geografia Política e Geopolítica no currículo escolar têm papel de destaque como conteúdos estruturantes, apesar de não caracterizadas diretamente como tal e sim pelas suas abordagens no ensino de Geografia, mas os discentes apresentam uma perspectiva importante de seus temas dentro da sala de aula. Portanto, verifica-se que os estudantes vêm se preocupando com os elementos pertinentes ao contexto político na dimensão educativa, no que diz respeito à interpretação de seus temas concernentes, vistos como uma base na sua formação como sujeitos críticos e politizados.

\* \* \*

**PALAVRAS-CHAVE:** ensino de Geografia, Geografia Política e Geopolítica, situação didática.

## Introdução

Nas últimas décadas, muitos fenômenos marcaram o cenário político no campo da Geografia. Esses fenômenos podem ser analisados sob uma perspectiva econômica, religiosa, social e política, todos com fortes interesses e laços conservadores, inclusive vinculados às ações do Estado no território, colocando-se enquanto agentes na produção do espaço.

Dessa forma, tratar desses interesses é compreender a presença acentuada de fenômenos ligados à manutenção do poder em suas diferentes escalas, para estabelecer alianças políticas e/ou desestabilizar a ordem política vigente, no fortalecimento dos grupos que detêm grande parte do capital no cenário internacional e nacional como forma de se perpetuarem na centralidade enquanto atores hegemônicos. Nesse intento, faz-se necessário investigar os elementos que compõem os amplos temas que constituem, na atualidade, parte da agenda temática da Geografia Política, visto que apresentam a lógica espacial política, com questões relativas ao resultado de fenômenos de organização e gestão coletiva da sociedade (CASTRO, 2005).

Os fatos políticos se materializam significativamente no processo de construção das sociedades e na formação de territórios. Sendo resposta da conquista de interesses específicos de um determinado ator ou de atores, esses fatos estão implicitamente carregados por um conjunto de relações que buscam, muitas vezes, intervir nas atividades ou recursos de um determinado grupo ou região de um país, por exemplo. É dessa forma que se evidenciam a presença e a atuação das relações de poder.

O poder, nas palavras de Gomes (2014, p. 2) é resultante de uma integração de todas as forças, recursos presentes em um dado espaço, “bem como da capacidade intelectual e material, da totalidade de meios econômicos, políticos, sociais e ideológicos, que possa reunir uma dada sociedade.” A partir dessa identificação, recorreremos a Raffestin (1993), que se refere ao poder não como verticalização, mas como relações, ou seja, tem como ponto principal toda e qualquer relação. Portanto, existem várias formas e fontes de poder.

Segundo Rucket (2005, p. 82), “as escalas geográficas de poder nos ensinam que a totalidade não se reduz a nenhuma das partes” e vice-versa. Isso significa que “os territórios são mais densos e mais complexos do ângulo dos múltiplos poderes que nele e sobre ele atuam” (RUCKERT, 2005, p. 82). Tais ideias têm adquirido força conceitual, tanto que não se pode negar que o poder se encontra em todo lugar, na construção dos espaços, manifestando-se às vezes de maneira simples ou de forma complexa. Segundo Raffestin (1993), o poder não é espacial, tampouco

temporal, mas circula em toda produção que se apoia no espaço e no tempo, se reproduz espacialmente e se encontra nas formas espaciais. Muitas vezes, aquele que exerce poder não sabe que o faz, um exemplo significativo sendo a relação entre pai e filho.

As concepções apresentadas, embora reais, são geralmente inseridas em paralelo ao discurso de valorização enquanto uma única fonte de poder, em detrimento das demais. Os poderes são concebidos como processo inevitável, sendo exercidos não só pelos indivíduos, mas “se sustentam e são passíveis de existir pelas instituições sociais e grupos de interesses (elites, partidos políticos, escola, igreja, empresas e outros) e pelo Estado” (SILVA, 2008, p. 76). Em linhas gerais, as relações que ocorrem na sociedade supõem relações de poder, e isso significa que o Estado é um dos vários modelos da organização institucional com poder, muitas vezes mediador das relações de poder local (SILVA, 2008).

O poder local não é simplesmente um recorte de algo maior e não deve estar restrito aos limites político-administrativos dos municípios, mas é a partir do âmbito do município que identificamos os diversos poderes aos quais estão legitimados, como o poder público, associações etc. (SILVA, 2008). Nessa direção, o poder local é tomado a partir da “descentralização e participação da cidadania no poder político [...] pautado na sociedade civil e nos movimentos sociais e sua relação com a sociedade política” (SANTIN, 2007, p. 323).

Sob tal perspectiva, este trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência sobre a percepção dos alunos de terceiro ano de ensino médio sobre os estudos de Geografia Política e Geopolítica trabalhados na sala de aula durante a disciplina de Geografia. Assim, tratamos de analisar dois aspectos: primeiro, entender o real direcionamento e interesse dos estudantes em relação aos conceitos básicos e norteadores dos conteúdos da Geografia Política e Geopolítica durante as aulas de Geografia; o segundo aspecto é elucidar especificamente assuntos ligados ao poder político partidário e à mediação que os discentes possuem na visão política dos fenômenos dentro do município.

O primeiro aspecto a ser investigado procura verificar se esses conteúdos e discussões dos fenômenos políticos nas aulas de Geografia são vistos como elementos na construção dos seus valores no processo de formação como cidadão crítico e como está sendo a compreensão a respeito da política, que é, sem dúvida, relevante para compreender o cenário local frente ao global, também buscando verificar se é aceita como essencial para o desenvolvimento de seu conhecimento.

A escolha do tema justifica-se pela valorização e compreensão da questão política no ensino-aprendizagem da educação básica, tendo em vista a constante

negação da discussão de temas explorados pela Geografia brasileira sobre a dimensão política e a pouca visibilidade dos geógrafos nas pesquisas científicas contemporâneas quando comparada às discussões do espaço econômico, urbano e outros.

Para a metodologia utilizada, o questionamento aos discentes sobre as interpretações das temáticas do âmbito político nas aulas de Geografia que vivenciaram e vivenciam — suas experiências registradas na memória — é de extrema relevância para o desenvolvimento do trabalho. Desse modo, sabemos que essa técnica não apreende a totalidade, mas acreditamos que as respostas dos discentes ofereceram elementos suficientes para conduzir ao entendimento das temáticas do espaço político retratadas no ambiente escolar, que devem ir muito além daquelas ensinadas em muitas aulas de Geografia “com o auxílio de um mapa qualificado como político” (PINTAUDI, 2014, p. 5), já que é na escola onde se aprende e compreende “o significado do espaço político, o que indubitavelmente vai muito além do espaço de localização, de limites do município, do estado e do país” (PINTAUDI, 2014, p. 5). Assim, foi possível observar o desempenho, a fragilidade e a valorização de seus conteúdos na educação básica, permitindo refletir e entender as características significativas que se produzem e se organizam espacialmente no território — uma leitura espacial dos fenômenos políticos feita pelos alunos.

Apresentamos a seguir, sinteticamente, algumas considerações sobre a importância dos conceitos e abordagens da Geografia Política e da Geopolítica para o aprendizado.

### Geografia Política, Geopolítica e um olhar sobre a educação básica

A Geografia Política é dotada de um conjunto de conceitos que permite discutir e compreender as questões políticas e se destaca pelos debates que englobam o território como entrada para designações estratégicas e de poder.

No contexto de sua trajetória, o século XIX foi essencialmente importante aos saberes geográficos, num cenário de sistematização da Geografia. Com forte relação com as guerras, conflitos e relações internacionais entre países, a Geografia Política origina-se como uma das subáreas da Geografia, por meio dos estudos de Friedrich Ratzel, estabelecendo as suas primeiras bases teóricas com uma concepção de Estado ligada a localização, posição, recursos, fronteiras, território, população e com uma centralidade do poder político. Ratzel é considerado o “iniciador” da Geografia Política por determinados motivos: um deles, por ser identificado como o organizador de um conjunto de temas e conceitos que passaram a compor os estudos da Geografia Política, que, até então, eram fragmentados. Ao reconstruí-los,

estabeleceu um novo campo de estudos com temas interligados (VESENTINI, 2010).

Ratzel presenciava o cenário da unificação alemã, em busca de sua constituição como Estado nacional, mergulhada no contexto hegeliano, de disputa por território, poder e estratégia. Dessa forma, os primeiros estudos da Geografia Política partem da preocupação de um espaço politicamente organizado sob a gestão de um Estado de forma particular, forte e centralizador. Ao responder sobre o poder e as estratégias de controle do território, procurou interpretar a política feita em decorrência das condições geográficas (CASTRO, 2005). Segundo Costa (2000), os estudos da Geografia Política a partir de Ratzel estavam voltados para as análises da política, principalmente da política territorial do Estado.

Contudo, se faz necessário compreender que é a partir das interpretações dos estudos de Ratzel até os dias de hoje que alguns autores estabelecem fases, etapas ou momentos da trajetória teórica e metodológica da Geografia Política. Para Sanguin (1977 *apud* VESENTINI, 2010), a Geografia Política atravessou três momentos relativamente distintos: a) 1ª fase, no final do século XIX, por volta de 1897, pelos estudos de Ratzel até a segunda Guerra Mundial; b) 2ª fase, nas décadas de 1945 até 1970; e c) 3ª fase, a partir de 1970 até os dias atuais. Cada fase corresponde direta ou indiretamente a situações e fenômenos internacionais.

O período de 1897 a 1945 foi marcado por “conflitos” entre escolas e correntes, principalmente entre as escolas alemã e francesa. Assim, se reconhece um fortalecimento do Estado nacional com características marcadas na disputa por territórios, o que fez das escalas nacional e global as mais referenciadas nos estudos daquele momento. Nesse período, os estudos da Geografia Política demonstravam a centralidade Estatal, com forte base nacional (bases internas de poder), bem como um grande exercício do poder do Estado nos aspectos territoriais.

No período seguinte, por volta dos anos de 1945 a 1970, apresentam-se grandes mudanças em relação às formas de análise da Geografia Política e o rompimento desta com a Geopolítica clássica, fato esse motivado por estudiosos franceses, por exemplo, que não queriam que sua Geografia Política se confundisse com aquela Geopolítica pragmática, agressiva e expansionista que surgia no cenário mundial. Esta última, que nasceu oficialmente pelo sueco Rudolf Kjellén, definiu-se primeiramente como “ciência que estuda o Estado como organismo geográfico”.

Assim, a Geografia Política, até o final da década de 1960, sofreu forte impacto dos desdobramentos do nazismo, do fascismo e do holocausto, conduzindo-a ao isolamento nas pesquisas e estudos. Assim, fechou-se em seus temas tradicionais como fronteira, territórios dos Estados, divisões políticas, entre outros, não expandindo sua agenda temática (CASTRO, 2012).

Antes de seu mais importante processo de renovação teórica e metodológica, que só vem a se constituir definitivamente nas décadas de 1970 e 1980, a Geografia Política é acompanhada por continuidades de pensamentos que estavam sendo construídos momentos antes, pensamentos significativos para esse ramo da Geografia. Tal fato advém ainda de 1950, do contexto internacional do pós-guerra, que estimulou seu notável crescimento nos EUA. Entre as contribuições aparecem autores como Richard Hartshorne, Jean Gottmann, Carlson, entre outros, com consistentes visões e estudos.

Dessa maneira, naquele momento a Geografia Política ficou praticamente restrita aos Estados Unidos, salvo pequenas exceções fundamentadas em outros estudos menores fora desse país, como os de geógrafos franceses e alemães, mas permanecendo em sua maior parte do tempo ausente dos meios acadêmicos europeus, quer em sua versão tradicional ou sob qualquer forma de renovação (COSTA, 2010).

Essa situação do enfraquecimento das escolas francesas, britânicas e alemãs em relação ao fortalecimento da escola norte-americana se assemelha ao fato, por exemplo, de que a Europa se encontrava, durante determinado tempo, arrasada pela guerra e em processo de reconstrução, com momentos de poucos investimentos em pesquisas e muitas emigrações de pesquisadores para outros países e para os Estados Unidos (VESENTINI, 2010). Conforme coloca Costa (2010), nos anos de guerra o dinamismo da Geografia Política norte-americana era incontestável, com pesquisas, debates e publicações disseminadas em diversas universidades, possibilitando aos pesquisadores que contavam com aportes de recursos financeiros lançarem um novo discurso em que se baseavam no contexto mundial e na fluidez das relações internacionais, “áreas políticas” ou “áreas do Estado” e sobre o posicionamento de seu país.

Com relação ao momento de renovação da Geografia Política que aconteceu entre 1970 e 1980, como já mencionado anteriormente, este ocorreu na França e envolve Yves Lacoste, em duas oportunidades: a primeira com a revista *Hérodote* e a segunda com sua obra “A geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”. Nessa obra, Lacoste (1988) identifica claramente a importância dos conhecimentos geográficos como recursos necessários às ações do poder estatal e imperial, visto que parte de uma discussão voltada à importância da política e à estratégia da disciplina, dando, assim “visibilidade ao que denomina de uma geografia dos Estados maiores como um saber estratégico para controlar territórios, identificando as diferenças existentes entre a Geografia escolar e a Geografia universitária” (CASTRO, 2005, p. 56).

Assim, Lacoste (1988) recoloca a dimensão política para a Geografia, com uma retomada de interesse nos atores políticos que estruturam a organização das sociedades no espaço — problemas que se impõem nas relações entre a sociedade e a visibilidade da dimensão política e sua espacialização. Inclui-se também, nessa discussão, outro fator que favorece esse campo de estudos no continente Europeu: o cenário e os fenômenos que estavam ocorrendo no mundo nos anos 1970 (COSTA, 2010).

Nas últimas décadas do século XX, a questão política era colocada cada vez mais em destaque na agenda da Geografia. Nesse entremeio houve também um conjunto de mudanças, como os acontecimentos provenientes do fim da Guerra Fria e da formação da “nova” ordem mundial, mudanças dos mecanismos do Estado nacional e seu enfraquecimento, forças e agentes associados ao contexto social, cultural e econômico que já vinham se confrontando no arranjo espacial, mas, sobretudo, o novo contexto internacional do pós-guerra, com disputas de territórios dentro das fronteiras nacionais, globalização e uma série de questões que perpassam o cenário mundial (CASTRO, 2005).

Assim, a Geografia Política recebe uma renovação teórica por meio de importantes autores e obras. Inserem-se em seu campo de estudo novos temas e escalas, novas posturas interpretativas na análise do poder, do Estado, da gestão administrativa e política (CASTRO, 2005), fortalecendo suas discussões e ampliando seu corpo temático. Dessa maneira, podemos apontar que a Geografia Política, enquanto subárea da Geografia, tem como enfoque de estudo as relações organizadas entre o poder e o espaço, unindo discussões vinculadas à relação entre política, poder e território, sobretudo no que diz respeito a sua gestão (CASTRO, 2005).

No que diz respeito à Geopolítica, apesar de seus primeiros estudos direcionarem-se ao pensamento ideológico, um conhecimento estratégico demarcado por formas de controle e manipulação pelo Estado, foi reconstruída ao longo das últimas décadas devido à existência de fortes características militares e de guerra em seu corpo teórico. Com isso, somente por volta de 1970 a Geopolítica ganha novas posturas interpretativas, configurações teóricas, sendo prescrita por importantes pesquisadores, e seus estudos retomam com outro marco, enfatizando conflitos sociais, culturais, simbólicos, com novos atores e campos de luta, ganhando novas redefinições teóricas e retomando a cena com diferentes marcos teóricos.

De fato, suas novas abordagens na atualidade estão relacionadas a elementos para compreensão das relações e práticas de poder no espaço geográfico, das

estratégias do modelamento do cenário mundial. O poder passa a ser observado não como característica exclusiva do Estado e de classes dominantes, mas como algo descentralizado e exercido em todos os lugares, instituições, relações sociais e também em discursos (VESENTINI, 2009).

Nesse sentido, a Geopolítica se encontra muito próxima do campo da Geografia Política, embora se perceba que esta não se encontra em um ramo exclusivo como é o caso da Geografia Política. A Geopolítica se apresenta enquanto campo interdisciplinar, e assim é apropriada por vários outros ramos do conhecimento. Contudo, a principal diferença entre ambas se constitui, sobretudo e historicamente, no desenvolvimento de seus discursos e posicionamentos.

Dessa forma, é necessário compreender que os estudos da Geografia Política e da Geopolítica utilizam um discurso político que permite alcançar uma escala geográfica ampla, relacionando eventos do passado e do presente em uma inter-relação do poder e do território em espaços de menor dimensão. Essa correlação está intimamente relacionada às questões políticas da sociedade, considerando, em uma análise, o espaço geográfico, as relações de poder em suas diferentes escalas geográficas a respeito dos territórios e a compreensão de como as relações de poder podem agir e determinar as fronteiras, sejam elas imaginárias ou reais, ou ainda os fatores ideológicos e estratégicos que envolvem os diferentes processos históricos no cenário político e sua configuração e ação no espaço.

A partir dessa abordagem, retomamos a análise da educação básica, chamando atenção para os enfoques da Geografia Política e da Geopolítica, visto que aparecem juntos e inclusos em um mesmo Conteúdo Estruturante no ensino básico de Geografia, apresentado pelas Diretrizes Curriculares da Educação (DCEs) do estado do Paraná.

Para tal, as temáticas como um todo se encontram divididas e organizadas por quatro Conteúdos Estruturantes, e a partir destes desenvolvem-se os arranjos de conteúdos específicos. Os Conteúdos Estruturantes da Geografia no ensino médio se identificam em: a) Dimensão econômica do espaço geográfico; b) Dimensão política do espaço geográfico; c) Dimensão socioambiental do espaço geográfico; d) Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico (DCEs, 2008).

Dentro dessas definições, os estudos que competem à Geografia Política e à Geopolítica no ensino básico se voltam ao segundo Conteúdo Estruturante — “Dimensão política do espaço geográfico” — que tem como relevância os conteúdos sobre a “Formação de blocos regionais/econômicos; Movimentos sociais; Conflitos; Territórios urbanos; Redefinições de fronteiras; Estado, Nação e Território, entre outros” (DCEs, 2008).

Assim, o estudo desse Conteúdo Estruturante implica no aluno não apenas a compreensão do espaço em que se encontra inserido, como também o entendimento das relações e das constituições estabelecidas no território. Nesse intento, tomamos as Diretrizes Curriculares da Educação (DCEs) como um documento que norteia os estudos geográficos no ensino básico, pois sugere que os conteúdos das aulas do ensino médio incidam em uma organização que problematize as relações sociedade e natureza e as relações espaço-temporais através do espaço geográfico mundial (DCEs, 2008).

Assim, verificamos pelas Diretrizes Curriculares as etapas necessárias para a elaboração dos conteúdos a serem desenvolvidos nas aulas de Geografia, divididas em cinco questões: Elementos Articuladores; Conteúdos Estruturantes; Encaminhamentos Metodológicos e a Avaliação. Desse modo, as ações das Diretrizes Curriculares da Educação reúnem medidas que valorizam a força, o alcance e os limites das temáticas nas aulas, e têm por objetivo primordial contribuir com o ensino público. Suas ações foram desenvolvidas por meio de discussões de professores buscando trazer a essência do papel de ser docente, com abordagens do objeto e dos conceitos das disciplinas que compõem o conjunto curricular da escola. Portanto, as Diretrizes Curriculares são um documento norteador para as práticas pedagógicas dos professores de Geografia (DCEs, 2008).

Por meio de tal relação, verificamos também os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que, por sua vez, se compõem de orientações escolares para as instituições de ensino. O fato é que, juntos, os DCEs e os PCNs contribuem e estabelecem como os conteúdos e questões que envolvem, por exemplo, um conteúdo específico como a política, devem ser trabalhados no ensino de Geografia. Além disso, Callai (2001) constata também que os conteúdos trabalhados devem ter três funções: resgatar o conhecimento produzido cientificamente, reconhecer e valorizar os conhecimentos que carregam e dar um sentido social para o saber que se procede.

### **Geografia Política e Geopolítica: um diálogo sobre os conteúdos nas aulas de Geografia**

Sobre os conteúdos de Geografia Política e Geopolítica no ensino básico da disciplina de Geografia: suas contribuições são comumente voltadas à formação política e participativa do aluno, havendo portanto uma introdução básica ao desenvolvimento do conhecimento sobre representação política, funções e estruturação social, por meio do entendimento do espaço e das relações que ele articula sobre o território e concomitantemente em sua organização.

É importante reconhecer que é na relação entre a política e o território que se

refletem os temas que compõem a Geografia Política. A política pode ser “entendida como um conjunto de fenômenos que resultam da organização da gestão e da regulação coletiva da sociedade” (CASTRO, 2009, p. 11). É nessa relação da política, na perspectiva do espaço político, que encontramos incorporadas as noções de poder e controle.

O território “se define e constitui-se a partir de relações fundamentalmente políticas, a centralidade das dinâmicas territoriais que afetam a organização da base material da sociedade” (CASTRO, 2009, p. 14). O território influi em um campo de força, um sistema de interesses, uma teia ou rede de relações sociais (SOUZA, 2000), é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, assumido, por vezes, como um instrumento de exercício de poder (SOUZA, 2000).

Corroborando as concepções de Haesbaert (2002), o território é construído e desconstruído em diferentes escalas espaciais e temporais, adquirindo um caráter permanente ou uma existência periódica, está vinculado a estratégias de diferentes grupos e é apreendido como resultado da interação de amplas dimensões sociais. No campo da Geografia Política, Costa (2000) propõe pensar que toda sociedade que delimita um espaço de vivência e produção e se organiza para dominá-lo transforma-o em seu território, e ao demarcá-lo são produzidas relações de poder.

Considerando-se a importância das noções de política e território, a escala geográfica é uma das formas que contribuem para a assimilação de fenômenos políticos, mas é válido destacar que cada uma das escalas empregadas define recortes para a análise, novos modos de percepção e concepção do real (CASTRO, 1995). Além disso, ainda segundo a autora, a escala é um artifício analítico que nos permite visualizar o real e define a pertinência na relação de algum espaço de referência ou de concepção. Para tanto, devemos entender que quando a escala muda, alteram-se os atores e os interesses.

### Procedimentos metodológicos

A metodologia utilizada neste trabalho baseou-se em levantamento bibliográfico, aplicação e análise de questionários respondidos por alunos do terceiro ano do ensino médio. O questionário consistiu em 18 perguntas semiabertas, sendo objetivas ou subjetivas. Os questionários foram aplicados em um total de 37 alunos, em duas turmas de um colégio estadual localizado na área urbana do município de Guarapuava - PR que compõe a rede pública de ensino. Consideramos essa quantidade de alunos mais do que suficiente para representar o perfil investigado desta pesquisa, uma vez que nossa pesquisa é de cunho

qualitativo, e um número maior de questionários aplicados não resultaria em uma variação dos resultados, apenas fortaleceria uma repetição dos resultados já alcançados.

Com o objetivo de atender a este trabalho, foram selecionadas somente turmas de terceiro ano do ensino médio, embasando-se no fato de que, nessa fase, os alunos já possuem um aprendizado amplo e carregam uma bagagem de conhecimento importante, questionadora e crítica, e portanto refletem como agentes dentro da sociedade.

A escolha da elaboração do questionário justifica-se por ser uma ferramenta que possibilita entender a perspectiva dos questionados, oferecendo importantes informações. Em meio às muitas críticas em torno do uso desse tipo de material nas pesquisas, entendemos que seu uso é fundamental quando utilizado e pensado como aquele que auxilia a pesquisa e não meramente como aquisição de dados. É importante ressaltar que o questionário é um instrumento muito utilizado também para pesquisas quantitativas e consiste em uma série de perguntas que devem ser respondidas pelo informante, diferindo assim do formulário, que tem como característica principal o contato direto entre o entrevistado e o informante. Dessa maneira, a diferença entre ambos advém de que, no caso do formulário, é permitido o preenchimento pelo pesquisador (MATOS, 2009).

### **A visão dos discentes sobre as temáticas de Geografia Política e Geopolítica nas aulas de Geografia**

Observando o processo de amadurecimento do debate sobre a política e as diversas esferas de poder, os temas referentes à Geografia Política e à Geopolítica se encontram relacionados em distintas discussões na sociedade, principalmente pelos fatos adversos em que a relação de poder incorre, qualquer que seja sua forma. A seguir, verificamos a relação percentual das perguntas do questionário, contextualizando a opinião que os alunos detêm. Tais dados, que obtivemos da análise das respostas, foram tabulados e transcritos em duas tabelas, e algumas das perguntas foram analisadas separadamente, em decorrência de suas características.

Vale ressaltar, sobre os conteúdos abordados em sala, que cerca 60% dos alunos avaliam que o professor trabalhou com certa frequência, durante aulas de Geografia, assuntos relacionados à democracia e ao poder político. Essa frequência é considerada baixa por 32% dos alunos, e 8% dos alunos não souberam responder e/ou não tinham conhecimento sobre isso. Tal porcentagem permite verificar que o professor de Geografia dedicou um importante tempo de suas aulas às abordagens da Geografia Política, denotando preocupação e pertinência constantes em suas

abordagens habituais sobre tais elementos.

As noções de democracia e poder político no aprendizado do aluno devem refletir os fenômenos que ocorrem e a realidade que se apresenta, resultantes das diversas ações sociais, políticas e econômicas. Assim, concordamos com Callai (1999) que os jovens precisam localizar-se próximos ou dentro daquilo que se está estudando e não fora ou ausentes daquele espaço ou realidade. Os alunos podem compreender, assim, os fenômenos como fatos que fluem e incorporam atores e interesses diferentes, que permitem a eles avaliar o espaço e os acontecimentos como elementos na sua formação política e não como fenômenos históricos e imóveis que não sofrem influência e que são ausentes das relações de poder político.

A Tabela 1 apresenta as porcentagens em relação às respostas dos alunos do terceiro ano do ensino médio sobre os temas específicos relacionados à Geografia Política e à Geopolítica nas aulas de Geografia.

**Tabela 1.** Geografia Política e Geopolítica: concepção dos alunos sobre os conteúdos das aulas de Geografia

Categorias analisadas	Sim (%)	Não (%)	Às vezes
			(%)
Dificuldades em relação aos conteúdos de Geografia Política e Geopolítica.	43,2%	8,1%	48,6%
São conteúdos suficientes para sua formação de cidadão crítico e democrático.	56,7%	8,1%	35,1%
Uso de reportagens nas aulas sobre conflitos mundiais e desigualdade social.	91,8%	8,1%	-
Interesse sobre os motivos dos conflitos políticos que acontecem no mundo.	45,9%	2,7%	51,3%
O conteúdo do livro didático apresenta, por vezes, certa distância entre o fato e o mundo real.	54%	45,9%	-
Assuntos sobre Geografia abordados em sala ajudam a promover sua consciência política e cidadania.	97,2%	2,7%	-

Fonte: questionário aplicado em maio/2013. Org.: Vanessa Teixeira, 2013.

\* Foram aplicados 37 questionários em duas turmas de 3° ano do Ensino Médio.

Analisando a tabela acima, verificamos, no primeiro item, que 43,2% dos alunos sentem dificuldades sobre conteúdos de Geografia Política e Geopolítica. Segundo eles, os assuntos despertam curiosidade, mas são de “difícil” compreensão do processo, o que exige uma profunda atenção às explicações do professor.

Certamente é delicado analisar esse discurso dos alunos, mas nos chama a atenção essa justificativa e a ideia que são “temas difíceis”, pois essa noção evidencia que eles acabam deixando de lado seu estudo e procuram fazer outra coisa, como atividades de outra disciplina. Isso permite a criação de uma mistificação em torno das temáticas da Geografia Política e Geopolítica — os alunos instituem uma imagem negativa da disciplina, e logo também dos seus conteúdos.

Um dos fatores possíveis para o rompimento desta visão de “temas difíceis” parte justamente da organização pedagógica da sala de aula e do uso de recursos didáticos junto ao conteúdo do professor, contribuindo para o foco e o interesse dos alunos, pois ao se trabalharem os “conteúdos sem dar-lhes um sentido, sem estabelecer origem e raízes e analisando os resultados que aparecem no espaço” (CALLAI, 2001, p. 141), se cria uma dificuldade na compreensão da realidade. Nessa direção, a principal dificuldade encontrada reflete na forma como acontece essa transposição do conteúdo do professor ao estudante, já que os alunos afirmaram, de início, gostar dos temas que envolvem as questões políticas.

No segundo item da tabela, mais de 56% dos alunos avaliaram positivamente e analisaram que os conteúdos são suficientes para a formação de um cidadão crítico e democrático; somente 35% dos alunos ponderaram que não se pode afirmar ao certo e 8% dos estudantes entrevistados acham que há insuficiência em abordagens nas aulas. Mesmo assim, por esse pequeno impasse, os jovens impõem uma perspectiva significativa às temáticas da Geografia Política, trazendo a necessidade de ampliar alguns assuntos para dentro das aulas de Geografia.

Assim, com base nesses números, podemos inferir que as aulas de Geografia são um caminho para analisar fenômenos, processos e fatores políticos, identificados enquanto questões relevantes para a compreensão do aluno, e não tratados como temática inferior da Geografia.

No terceiro item da tabela, se os alunos “gostam quando o professor transpõe reportagens nas aulas sobre conflitos mundiais e desigualdade social”, as respostas são concentradas, pois cerca de 91,8% dos alunos apreciam esse uso feito pelo professor e denotam como um material importante e adequado para a estrutura das aulas. Assim, além da participação de reportagens da televisão, os jornais, revistas e a *internet* oferecem infinitas possibilidades inovadoras, quando trabalhados como

instrumentos críticos e direcionados.

Uma questão que chama a atenção é se os alunos “possuem interesse sobre os motivos dos conflitos políticos que acontecem no mundo”. Apenas 45,9% dos estudantes admitiram em suas respostas que procuram informações sobre o cenário político nacional e internacional, apresentando esse comprometimento na avaliação desses fatos. A grande maioria (51,3%) afirma que somente às vezes se interessa por avaliar e analisar esses fenômenos em escala internacional. Entre as justificativas acrescentadas pelos alunos estão as dificuldades com as leituras e interpretações das notícias e do contexto geral em que estão inseridas; não observam de imediato qualquer influência para as práticas locais dos cidadãos. Para outros, os fenômenos políticos globais não são elementos relevantes e/ou são entendidos como fenômenos naturais da realidade social.

Diante disso, concordamos com Callai (2001, p. 139) que isso ocorre, em parte, quando as “aulas de Geografia, através de seus conteúdos que nada têm a ver com a vida do aluno, que não trazem em si nenhum interesse, e muitas vezes pouco significado educativo, são vistas como *naturais*”. Pensamos que quando os indivíduos naturalizam as questões sociais e políticas, demonstram ausência de percepção crítica, sendo sua visão das coisas alicerçada no senso comum. Ao reduzi-las a simples determinações da natureza, implicam em uma espécie de “acomodação”, não levando em conta as ações históricas e os agentes que estão presentes. Dessa maneira, a expressão natural faz com que a Geografia pareça coisa apenas de livro (CALLAI, 2001).

É diante desse contexto e das questões apresentadas que enxergamos a necessidade de discutir sobre o que os currículos escolares precisam conter, quais assuntos os alunos devem aprender e por quais tipos de formas eles devem aprender.

Sobre o quinto item, que faz referência ao material didático e a trazer discussões em uma escala local, próxima ao aluno, visualizamos que 54% dos estudantes que responderam às questões possuem grande dificuldade pelo fato de o conteúdo apresentar certa distância do mundo real e de seus fenômenos. Os alunos questionam sobre detalhes importantes que esse material deixa passar, assim apresentando lacunas em questões significativas referentes aos governos, às guerras e conflitos, também possuindo um grande conjunto de tópicos sem muito aprofundamento.

Atentamos para o fato de o global não incluir o local, por seus conteúdos ficarem fragmentados entre si e, em alguns momentos, não haver quase nenhuma conexão entre os componentes estudados, em que as partes física e humana da

Geografia se encontram divididas como algo dissociável e sem relação alguma entre seus fatos, havendo inclusive restrição em abordar a visão do político ou da política. Quando se traz essa discussão, muitas vezes, faz-se com que o aluno não se sinta pertencendo ao espaço geográfico, ou como se não estivesse sendo incluído nas decisões democráticas e das lutas sociais. No entanto, quase 50% dos alunos consideram que isso não influi sobre a compreensão e no seu aprendizado. Avaliam que com a explicação do professor essa distância se quebra. Assim, defendemos que o livro didático é ainda um material de apoio para o aluno, um instrumento que colabora nas propostas de trabalho do professor para o desenvolvimento da criticidade, do raciocínio lógico, da sociabilidade e da criatividade (VESENTINI, 2008).

A Tabela 2 apresenta alguns assuntos e temas ligados a poder político partidário, corrupção, democracia, Estado e governo e à mediação que os discentes possuem ao estarem ligados ao seu município. No entanto, não é de nosso interesse impor que os estudos político-partidários devam estar no currículo escolar, tampouco tratá-los como centro dos saberes nas aulas de Geografia. O que acreditamos ser necessário é trazer ao aluno uma discussão teórica e conceitual, uma vez que tais assuntos estão presentes na sociedade e no meio em que vivem, e são temáticas que estão integradas ao corpo teórico da Geografia como um todo, e não devem ser negligenciadas

**Tabela 2.** Geografia Política e Geopolítica: concepção dos alunos sobre elementos políticos em Guarapuava - PR

Categorias analisadas	Sim (%)	Não (%)	Às vezes (%)
Sabe o que é partido político.	48,6%	51,3%	-
É importante, nas aulas de Geografia, haver uma análise mais profunda de questões de poder político-partidário.	67,5%	32,4%	-
Considera o Brasil como um país democrático.	35,1%	13,5%	51,3%
Assimila as questões de política, poder e território presentes no seu cotidiano.	45,9%	54%	-
Identifica exemplos de corrupção em seu município, estado ou país.	54,%	45,9%	-
Existem maneiras para combater a corrupção.	89,1%	10,8%	-

Faz diferença quem governa.	67,5%	32,4%	-
Tem conhecimento sobre a diferença entre Estado e governo.	29,7%	70,2%	-
Considera a mídia como uma ferramenta influenciadora e de poder na formação e no controle de opinião pública.	67,5%	24,3%	8,1%
É importante a escola ser um dos ambientes responsáveis pela contribuição em sua educação político-partidária.	67,5%	32,4%	-

Fonte: questionário aplicado em maio/2013. Org.: Vanessa Teixeira, 2013.

\*Foram aplicados 37 questionários em duas turmas de 3° ano do Ensino Médio.

Analisando a tabela acima, se observa a necessidade de trabalhar algumas temáticas com os alunos, com novas formas de aprendizado das representações e ações políticas enquanto componentes dos conceitos cotidianos dos alunos. No primeiro item, a maioria dos alunos (51,3%) não tinha conhecimento sobre o real significado de partido político, não conseguindo dar uma definição imediata; já 48,6% das respostas mostram uma aproximação a respeito de suas características.

De fato, isso leva a refletir sobre a importância da educação e da escola sobre esse conceito temático, no sentido de uma maior valorização para o senso crítico e a fim de deixar de ser algo tão obscuro. Além disso, pensar essas questões é um elemento central para o exercício de cidadania, subsidiando reflexões acerca do regime democrático brasileiro e as condições em que se encontra a sociedade, bem como os problemas de corrupção etc.

Na sequência, 67,5% dos alunos consideram que é importante, nas aulas de Geografia, ter uma análise mais profunda de questões relativas ao poder político-partidário, e 32,4% dos jovens avaliam que isso não é necessário. Isso nos mostra um elemento pertinente, pois ao mesmo tempo em que os alunos assumem possuir dificuldades em trazer uma simples definição, a grande maioria dos discentes considera valioso trabalhar em sala de aula a respeito dessas questões. Uma vez que se sabe que esses temas promoveriam uma educação política fundamental na fase escolar do jovem, considera-se que, se trabalhados corretamente na escola, são elementos norteadores para sua visão de mundo, seus direitos e sua participação enquanto cidadãos, na compreensão da imagem construída de seu entorno e de seu cotidiano, sobre as respostas às decisões e ações políticas.

É válido salientar que não queremos, nesta análise, defender que os discentes precisam estudar e utilizar a linguagem desses conceitos da maneira como

analisamos na universidade, em sua linguagem complexa. Mas sim realizar, com uma linguagem simples, uma amostra da prática que se articule e envolva esses temas, as decisões tomadas pelos grupos, entre outros. Destacamos que essas temáticas são vítimas incidentes de críticas e de más ligações que muitos indivíduos fazem. O seu estudo, junto ao de suas características, ajuda a moldar as aparências negativas que, muitas vezes, se fazem sobre a política e, ao trazê-la ao debate, evidenciamos as relações presentes acerca do poder e das interpretações do significado e do papel educativo.

No terceiro item, 51,3% dos discentes afirmam que o Brasil é democrático em partes ou às vezes, porém observamos grandes divergências entre as respostas dos alunos. Ainda na análise desses dados, cerca de 35% dos estudantes avaliam o Brasil como democrático, enquanto 13,5% acreditam que o país não vive um regime democrático. Como podemos observar, a maior parte dos alunos avaliam o Brasil democraticamente em alguns sentidos, demonstrando que os jovens procedem reivindicando aos poucos um conhecimento mais ativo e complexo sobre a construção do processo democrático no país, com análises das condições sociais e do acesso à educação, à saúde e à moradia, da avaliação dos governos etc.

A compreensão permite desenvolver visões cada vez menos “estreitas” e mais complementas. Relações ligadas ao estágio democrático do país na atualidade e reflexões sobre as questões sociais são fundamentais no entendimento da representação política, relação essa entre o conjunto de cidadãos que integram a comunidade política de um território nacional e seus representantes, uma vez que o sistema de representação política confere aos representantes o poder de decisão sobre o bem público (CASTRO, 2005). A forma pela qual é tratada a questão da democracia pelos discentes leva à percepção dos seus problemas, porém ela é a forma que mais permite a participação indireta da representação (CASTRO, 2005).

Logo em seguida, no item quatro, 54% dos alunos afirmam que possuem dificuldades sobre a assimilação das questões de política, poder e território no seu cotidiano, isto é, não conseguem inserir esses temas no seu dia a dia. Para mais de 45% dos discentes, os conceitos são de fácil registro através do entendimento do funcionamento da sociedade. Entretanto, entendemos que o processo de amadurecimento do debate acerca desses conceitos parte da forma como se dão o planejamento das aulas e o processo pedagógico do professor, sendo evidente que os temas só ganharão *status* de relevância quando envolverem limites além do seu “lugar”, encaixando-se nos interesses dos alunos.

Mas como, efetivamente, enfrentar esses laços negativos tão fortemente enraizados ao longo da história em nossa disciplina, sobre os conceitos e a

discussão dos fatos políticos, territoriais e de poder no ensino básico? Um questionamento pertinente e de uma longa caminhada.

O ensino sobre temáticas de Geografia Política e Geopolítica não deve se limitar somente a leituras de fenômenos mundiais, mas buscar as relações entre poder e território presentes no cotidiano do aluno, sendo possível analisar e explicar conflitos de grupos rivais pela busca de território, aparados por interesses econômicos, com foco dentro da comunidade escolar ou do município. Nesse sentido, o debate desses temas, seja em conteúdos estruturantes, básicos ou específicos, estimula reflexões, que constituem importantes variáveis de estudos que não se encontram acabadas: cada vez mais podem ser enriquecidos pelos professores, através da diversidade de suas leituras e de discussões e debates que se relacionem à realidade local (DCEs, 2008).

No questionamento se os discentes “Conseguem identificar exemplos de corrupção em seu município, estado ou país”, 54% avaliam que sim; já 45,9% dos alunos têm pouca facilidade em fazê-lo. Nessa perspectiva, o retrato da corrupção é visto pelos estudantes na compra de votos ou no que tange aos desvios de verbas públicas.

Na sequência, analisamos se os mesmos acreditam na existência de maneiras para combater a corrupção. As respostas são bem distantes em números entre si: mais de 89%, acreditam que existem formas para combatê-la, embora as condições que se encontram muitas vezes sejam improváveis, sendo necessário comprometimento com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a garantia de maior justiça social. Os dados mostram que os alunos consideram esses assuntos importantes, sendo que muitas de suas respostas se referem diretamente à preocupação das condições dos setores da administração pública, assim como às obras e serviços públicos, como educação, saúde e outros.

Sobre o item sete da tabela, 67,5% confirmaram que faz diferença quem governa. Dessa forma, a porcentagem representa um forte envolvimento dos alunos em um saber geográfico importante, alicerce essencial na compreensão das estruturas organizadas em torno da sociedade e do interesse social.

Entretanto, na sequência, 70,2% das respostas dos discentes confirmam que não conseguiram estabelecer distinção ou não possuem conhecimento sobre a diferença entre Estado e governo, e somente 29,7% enfatizam ter conhecimento sobre esses conceitos. Em algumas respostas, o entendimento sobre o Estado mostra “como a sociedade está organizada” e o Governo como “administrador das atividades da cidade, estado ou país” ou o Estado como referência ao “território” e Governo às “formas”. De maneira geral, podemos verificar a ideia de Estado como

unidade administrativa de um território, constituído pelo conjunto de instituições públicas cujos princípios são os de representar e organizar sob o mesmo viés as questões da população. Dessa maneira, o Estado tem por característica uma forma organizadora da manifestação do poder em um território delimitado, sendo um importante agente do espaço.

Ao contrário do primeiro, o Governo é listado como uma das instituições do Estado e em geral se apresenta sob várias formas, com características diferentes para cada lugar, com a função de administrar e com temporalidade, ou seja, é transitório. Em ambos, envolve-se um amplo conjunto de estudos, sendo necessário analisar o contexto histórico e seus diferentes poderes no que remete ao âmbito territorial e da ação relacionada ao sistema produtivo.

Todavia, cabe salientar que uma leitura sobre o Estado é sempre uma tarefa difícil. Com o processo de globalização da economia e o avanço tecnológico, o Estado adquiriu novas características e alterações ao longo da história em relação a seu papel e a sua centralidade nas decisões. Assim, possui na contemporaneidade uma nova conjuntura, um novo discurso e encontra-se articulado com “diversos agentes econômicos e políticos em diferentes escalas e esferas de reprodução social” (LIMONAD, 2014, p. 3), o que o faz ser um ator político significativo, mas que não deve ser analisado sozinho.

Ao analisar a concepção dos alunos sobre a mídia, verificou-se que 67,5% dos alunos a consideram como uma ferramenta influenciadora e de poder na formação e no controle da opinião pública. Já em 24,3% das respostas, os jovens afirmam que somente algumas vezes esses meios exercem influência, e 8,1% dos alunos não acreditam que tenha esse fim. Nessas condições, percebe-se que os estudantes conseguem alcançar a condução das informações feita pela mídia; os exemplos com os quais mais se deparam têm por destaque as propagandas/consumo, que moldam, constroem opiniões, padrões e preferências. Segundo os alunos, muitas pessoas são condicionadas e utilizam da opinião jornalística como mediação para determinados assuntos, demonstrando ausência de sua própria opinião. Mas ainda encontram grandes dificuldades para analisar as informações da mídia repassadas sobre as questões políticas e sociais e também os aspectos voltados aos mecanismos que estão conectados a estas.

A concepção das diferentes mídias atualmente na sociedade conduz a um instrumento que tem por função principal informar a sociedade sobre fatos e eventos, não utilizando para isso influências ideológicas sobre o poder desses meios diante do seu público. Deve-se agir de forma neutra, trazendo as informações sem distorcer os fatos noticiados, e ao mesmo tempo sem interferir no andamento da

notícia. Mas é necessário destacar que esta é vista como ferramenta de “manipulação” e seleção de eventos e fenômenos políticos, econômicos e sociais que tenham maior interesse para aqueles que se utilizam dela como fonte de informação. Essa manipulação muitas vezes se inicia diante da escolha dos fatos, utilizando aquela que se caracterizará como notícia após ser vista por uma grande parcela de pessoas.

Essa alteração dos fatos da realidade pode ser realizada de forma proposital, sendo uma forma de amenizar ou fortalecer alguns aspectos sobre o evento, como também pode ocorrer sem intenção dos atores (ABRAMO, 2003). Ainda segundo Abramo (2003), não é em todo momento que se visualizam esses padrões de manipulação nas mídias.

Considerando a importância da escola, verificamos nas respostas (67%) que consideram que a mesma deva ser um dos ambientes responsáveis para a contribuição em sua educação político-partidária, especificamente quanto às questões conceituais, a discussão histórica do Brasil e de seus vários contextos políticos. Diante disso, aparecem as primeiras iniciativas para uma compreensão sobre as instituições e uma forma de gestão pública mais democrática e participativa. Segundo Vesentini (2001), a escola contribui em maior ou menor escala, dependendo de suas especificidades, para aprimorar ou expandir a cidadania, desenvolver o raciocínio, a criatividade e o pensamento crítico.

O questionário de perguntas abertas possibilitou aos alunos discorrerem sobre a temática mais especificamente, permitindo complementar a discussão e trazendo informações que talvez as questões fechadas não permitissem. Assim, na análise dos conteúdos relacionados à Geografia Política e à Geopolítica que os alunos preferem e que foram trabalhados pelo professor em sala de aula, em ambos os pontos de vista foram destacados os temas “Estado e território”, “globalização”, “capitalismo e socialismo”, “lideranças políticas e blocos econômicos” e “políticas dos países”, sobretudo quanto à preocupação com a organização do país.

Em seguida, em relação aos meios aos quais os alunos têm acesso e utilizam comumente para adquirir informações dos fatos políticos e conflitos sociais, listou-se a televisão como aquele que mais fornece as informações; o segundo mais utilizado corresponde à *internet* e ao jornal, seguidos seguidos do professor e do livro didático. Contudo, percebe-se que, através do sistema de comunicação, a informação tomou diversas escalas e os meios de comunicação passam a ser ferramentas para o acesso à informação, à cultura e à política.

Por meio da análise de alguns desses temas indissociáveis aos estudos de Geografia Política e Geopolítica, verificamos os direcionamentos tomados pelos

alunos, conteúdos e lembranças das séries anteriores que persistiam em suas memórias, com grande interesse por determinados assuntos e importantes informações sobre a esfera política que carregam e que se encontram em um processo constante de transformação.

### Considerações Finais

Os dados que analisamos a partir do questionário forneceram uma visão dos alunos em relação aos temas de Geografia Política e Geopolítica nas aulas de Geografia, verificando, assim, o nível de interesse dos discentes em determinadas abordagens. Concluímos que os alunos possuem uma percepção importante da contribuição das abordagens de Geografia Política e Geopolítica a partir do papel atribuído a elas. Com a aplicação do questionário aos alunos, avaliou-se o alcance da visão destes sobre as noções de política, poder e território, verificando-se certa restrição, mas preocupação com o contexto social e político da sociedade, seu posicionamento na função, estrutura, participação e formação social e na sua educação política.

A partir das sucessivas aproximações feitas pelos discentes, entendemos o grande interesse pelos conteúdos que articulam o recorte municipal, apesar de ser pouco trabalhado e discutido em aula. Pode-se perceber que os alunos trazem um conjunto de questionamentos aos vários elementos que perpassam os estudos sobre desigualdades, organização social e representação. Ressalta-se que a visão dos alunos foi analisada como uma forma de caracterizar a percepção sobre Geografia Política e Geopolítica nas aulas de Geografia, bem como a relevância de seus elementos para a compreensão dos fenômenos e relações pertencentes ao cenário político existente numa sociedade e da configuração territorial.

### Referências

- ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- BRASIL, *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, DF 2006.
- CALLAI, Helena Copetti. O ensino de Geografia: recortes espaciais para análise. In: **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org). 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A Geografia e a escola: muda a Geografia? Muda o ensino*. Terra livre: São Paulo, 2001.
- CASTRO, Iná Elias de. (Org) *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Geografia e política. Território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- \_\_\_\_\_. Escalas federativas de decisões política no Brasil. Limites institucionais do desenvolvimento regional. In: *Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica*. BICALHO, Ana Maria S. M. (Org), Rio de Janeiro: Publit. 2009.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

- \_\_\_\_\_. *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- GOMES, Rita de Cássia da Conceição. *A fragmentação do território no Brasil e a reprodução das relações de poder: uma leitura a partir do rio grande do norte*. In XIII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2014, Barcelona. El control del espacio y los espacios de control. Universidad Barcelona, 2014, v.01
- HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. (org). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- LACOSTE, Yves. *A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.
- LIMONAD, Ester. Estado, espaço e escala no Brasil, subsídios para a Reflexão. *Scripta Nova*, Barcelona. Vol. XVIII, n. 493, p. 01-19, 2014
- MATOS, Patrícia Francisca de. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em Geografia Agrária. In: RAMIRES, Julio Cezar de Lima. PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Org). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009. p. 279- 291.
- PARANÁ, *Diretrizes Curriculares Estaduais*. Curitiba, PR. 2008.
- PINTAUDI, Silvana Maria. *Poder político e controle do espaço*. In XIII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2014, Barcelona. El control del espacio y los espacios de control. Universidad Barcelona, 2014, v.01
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993
- RUCKERT, Aldomar A. Reforma do estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. *GEOUSP — Espaço e Tempo*, São Paulo, nº 17, 2005.
- SANTIN, Janaína Rigo. *O tratamento histórico do poder local no Brasil e a gestão democrática municipal*. In Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 2007, UFSC, Florianópolis.
- SANTOS, Milton. Et al (Org). *Território: Globalização e Fragmentação*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SILVA, Márcia da. Poder Local: Conceito e exemplos de estudos no Brasil. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 69-78, 2008.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- VESENTINI, José William. Educação e Ensino da Geografia: instrumentos de dominação e/ou de libertação. In: CARLOS, Ana Fani. (org.) *A Geografia na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2001.
- \_\_\_\_\_. Repensando a geografia política. Um breve histórico-crítico e a revisão de uma polêmica atual. *Revista do Departamento de Geografia*, n. 20, p. 127-142, 2010.
- VESENTINI, José William. *Para uma Geografia Crítica na escola*. São Paulo: Editora do Autor. 2008.
- \_\_\_\_\_. *Novas Geopolíticas*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

## Sobre as autoras

*Vanessa Teixeira*: mestranda em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). É licenciada em Geografia também pela UNICENTRO (2010), campus de Guarapuava (PR). Desenvolve pesquisas em temáticas voltadas à Geografia Política.

*Márcia da Silva*: professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), campus de Guarapuava (PR) e professora permanente do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

\* \* \*

### ABSTRACT

**Political Geography and Geopolitics in Brazil: an analysis of secondary school students perception in Geography classes**

This work aims to analyze the perception of third year of high school students about studies in political geography and geopolitics worked in classroom for the discipline of Geography. The methodology was based on bibliographical research and the application and analysis of questionnaires answered by the students of a state college located in Guarapuava-PR. Thus, we classified the most relevant questions and the key aspects in relation to the themes of political geography and geopolitics in basic education in an attempt to evaluate the scope of students' views on the notion of political power and territory, being raised information about the positioning of students on the issues of everyday life, as well as the main themes of these topics. It was concluded that the students have been concerned with the relevant elements of the political context of the political context in the educational dimension, with respect to the interpretation of its concerning themes, seen as a base on their training as a critical and politicized subject.

**KEYWORDS:** Geography teaching, Political Geography and Geopolitics, didactic situation.

### RESUMEN

**Geografía política y geopolítica en Brasil: un análisis de la percepción de los estudiantes de secundaria en las clases de Geografía**

Este trabajo tiene como objetivo presentar el informe de la experiencia de la percepción de los estudiantes del tercer año de secundaria sobre los estudios de la Geografía Política y la Geopolítica trabajados en las clases de la disciplina de Geografía. La metodología se basa en el levantamiento bibliográfico y en la aplicación y análisis de cuestionarios respondidos por estudiantes de una escuela estatal en la ciudad de Guarapuava-PR, que componen el sistema de escuelas públicas. Así, clasificamos las cuestiones más relevantes y aspectos clave en relación con el tema de la Geografía Política y Geopolítica en la educación básica en un intento de evaluar el alcance de la visión de los estudiantes sobre los conceptos de la política, el poder y el territorio, reuniendo informaciones el posicionamiento de los estudiantes frente a temas cotidianos. Fue concluido que los estudiantes se han ocupado de los elementos relevantes del contexto político en la dimensión educativa, en respecto a la interpretación de las temáticas concernientes, vistas como base de su formación como sujeto crítico y politizado.

**PALABRAS CLAVE:** enseñanza de Geografía, Geografía Política y Geopolítica, situación didáctica.